



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA – TO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

MATEUS RESPLANDES BARROS

**A CRIAÇÃO E RELEVÂNCIA DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
ARAGUAIA-TOCANTINS (CPT) NA REGIÃO NORTE E BICO DO
PAPAGAIO, NO CONTEXTO DA LUTA DOS POVOS DESERDADOS DA
TERRA.**

ARAGUAÍNA

2020

MATEUS RESPLANDES BARROS

**A CRIAÇÃO E RELEVÂNCIA DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
ARAGUAIA-TOCANTINS (CPT) NA REGIÃO NORTE E BICO DO
PAPAGAIO, NO CONTEXTO DA LUTA DOS POVOS DESERDADOS DA
TERRA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do
Tocantins – UFT, Campus de Araguaína,
junto ao curso de Licenciatura Plena em
Geografia como requisito parcial para
obtenção do grau de licenciado em
Geografia.

ARAGUAÍNA

2020

MATEUS RESPLANDES BARROS

**A CRIAÇÃO E RELEVÂNCIA DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
ARAGUAIA-TOCANTINS (CPT) NA REGIÃO NORTE E BICO DO
PAPAGAIO, NO CONTEXTO DA LUTA DOS POVOS DESERDADOS DA
TERRA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do
Tocantins – UFT, Campus de Araguaína,
junto ao curso de Licenciatura Plena em
Geografia como requisito parcial para
obtenção do grau de licenciado em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes

Aprovado em, 09/12/2020

BANCA EXAMINADORA

Alberto Pereira Lopes

Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes
(Orientador)

Maurício Ferreira Mendes

Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes
(Examinador)

AGRADECIMENTOS

Não posso deixar de agradecer primeiramente a Deus, pois foi minha fé e convicção que me sustentaram durante essa jornada, buscando sempre a serenidade e a calma.

Agradeço a Universidade Federal do Tocantins, como instituição de extrema qualidade, me proporcionou uma graduação de grande acúmulo de conhecimento em vários aspectos distintos.

Ao meu grande amigo, professor e orientador Alberto Pereira Lopes, que inegavelmente é uma fonte de inspiração na jornada acadêmica, uma pessoa de extrema dedicação a sua profissão, e que transborda isso para seus alunos e orientandos. Sem dúvidas o melhor orientador que eu poderia ter.

Agradeço aos meus pais, a Dona Luzilene Maria Morais Resplandes e seu Raimundo Nonato da Silva Barros, por toda a compreensão e apoio. Um agradecimento especial para minha mãe, pois sem dúvidas foi a pessoa mais importante dessa caminhada, sempre me dando todo amor incondicional que eu precisava para me manter firme na jornada.

Ao meu grande amigo, professor e orientador Alberto Pereira Lopes, que inegavelmente é uma fonte de inspiração na jornada acadêmica, uma pessoa de extrema dedicação a sua profissão, e que transborda isso para seus alunos e orientandos. Sem dúvidas o melhor orientador que eu poderia ter.

Aos meus colegas da UFT, que de uma forma direta ou indireta me ajudaram. A universidade acaba se tornando uma segunda casa, então todas as pessoas que estão ali fazem parte da caminhada.

Agradeço muito a minha amiga Aline Pereira, que esteve literalmente ao meu lado durante todos os anos de graduação, e me ajudou muito.

Um agradecimento especial para meu amigo Tarcisio dos Santos, pois sempre foi um companheiro fiel em todos os momentos, disposto a ajudar em várias ocasiões, se tornou meu irmão de “batalha”.

De uma forma ampla agradeço a todos que participaram dessa história de maneira direta ou indireta. Acredito que a partir da educação podemos mudar a realidade de muitos cenários caóticos, então muito obrigado, educação!

RESUMO

O referente trabalho tem como objetivo principal evidenciar toda a jornada de criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ao longo das décadas, buscando desde a sua origem até seu trabalho nos dias atuais com foco na unidade Araguaia-Tocantins, localizada no município de Araguaína-TO. A CPT atua de forma direta e coesa nas mazelas ocorridas no campo brasileiro e faz parte da Igreja Católica sobretudo da ala teologia da libertação. Por consequente, foi necessário discutir o cenário caótico que se encontra o meio rural brasileiro, relatando as desigualdades e injustiças cometidas pelos donos do capital e o Estado. A pesquisa teve como base uma ampla revisão bibliográfica acerca dos temas expostos e uma visita a sede da CPT Araguaia-Tocantins. Foi analisado monografias locais e obras de grandes autores que trabalham acerca do tema. O Caderno de Conflitos do Campo elaborado anualmente pela CPT foi crucial para obtenção de dados referentes aos conflitos, disputas e trabalho escravo no campo. Dessa maneira, o trabalho aqui apresentado tem como objetivo esclarecer toda a conjuntura da CPT e o trabalho de seus coordenadores, buscando realçar a unidade Araguaia-Tocantins no seu território de atuação, abrangendo os municípios vizinhos e todo o Bico do Papagaio.

Palavras-Chave: Conflitos; trabalho; Araguaia-Tocantins.

ABSTRACT

The present work aims to highlight all of Comissão Pastoral da Terra's (CPT) creation journey over decades, searching from its roots until its work nowadays focusing in Araguaia-Tocantins's unit, located in Araguaina-TO. The Comissão Pastoral da Terra works directly and coherently in the damages occurred in Brazilian countryside and takes part at the Catholic church especially in the liberation theology wing. Consequently, it was necessary to discuss the chaotic scenario where the Brazilian rural area is, narrating the inequalities and injustices assigned by the money owners and the State. The research had a wide bibliographic review on the exposed themes and a visit to the headquarter of CPT in Araguaia-TO. It was analyzed local monographs and great author's works that talked about the theme. The Notebook of Rural Conflicts published annually by CPT was fundamental to obtain data about the conflicts, disputes and slave labor in rural areas. Therefore, this work seeks to clarify all the CPT's situation and its coordinators' job, pursuing to highlight Araguaia-Tocantins unit in its practice territory, embracing the nearby towns and all the Bico do Papagaio.

Key-words: Conflicts; work; Araguaia-Tocantins.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A REALIDADE AGRARIA BRASILEIRA E BREVE RELATO DA CRIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) NO BRASIL ATÉ A UNIDADE ARAGUAIA-TOCANTINS.....	12
2.1 CONTEXTO GERAL DA LUTA DOS TRABALHADORES DO CAMPO EM MEIO A EXPANSÃO AGRÍCOLA NO BRASIL.	12
2.2 A CRIAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) E A SUA IMPORTÂNCIA PARA OS TRABALHADORES NO CAMPO.	16
2.3 CRIAÇÃO DA UNIDADE COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) ARAGUAIA-TOCANTINS NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO E SEUS ATUAIS COORDENADORES – FUNÇÕES E PERIGOS.	21
3 O PAPEL DA CPT ARAGUAIA-TOCANTINS NA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO E DADOS DA REGIÃO DE ACORDO COMO CADERNO DE CONFLITOS DA CPT.....	27
3.1 O PAPEL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) ARAGUAIA-TOCANTINS NA LUTA PELOS DESERDADOS DO CAMPO NA REGIÃO DE ARAGUAÍNA E PROXIMIDADES.	27
3.2 CONFLITOS, MORTES E TRABALHO ESCRAVO NA REGIÃO DE ACORDO COM O CADERNO DE CONFLITOS DA CPT, EVIDENCIANDO AS AMEAÇAS AOS COORDENADORES E TRABALHADORES.	31
4 O CONTEXTO DO TERRITÓRIO NA LUTA PELA TERRA.	35
5 RELEVÂNCIA DA DISCUSSÃO AGRARIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA, COM FOCO NO ENSINO DE GEOGRAFIA.	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
7 REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

A realidade agrária brasileira é caracterizada por um contexto de décadas de contradições, violências e desordem. Pois, o campo no Brasil nunca foi algo democrático, é simplesmente a obtenção de terras através da força por aqueles que possuem o poder e o capital sobre o uso do território. Sendo assim, se avista cenários caóticos onde o agronegócio avança sobre os pequenos camponeses, e obviamente, os nativos de determinada região, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos entre outros.

Visto que, essas populações vivem somente para sua subsistência, não possuem forças para combater a subjugação feita pelos fazendeiros, que em muitas ocasiões possuem aval do Estado brasileiro. Portanto, se faz necessário um apoio concreto aos camponeses em prol de diminuir a violência agrária.

Então, foi nesse cenário que a igreja católica em 1975 criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) com objetivo de atuar na linha de frente contra o agronegócio desenfreado e a violência no campo. O objetivo da CPT é levar apoio técnico e social para as comunidades desassistidas em meio ao campo brasileiro.

O objetivo principal desse trabalho é evidenciar a criação da Comissão Pastoral Da Terra (CPT) em âmbito nacional, até a inauguração da unidade Araguaia-Tocantins, localizada no município de Araguaína-TO, buscando retratar a conjuntura das desigualdades, conflitos, trabalho escravo e mortes causadas pela apropriação ilegal da terra pelo grande produtor na região norte e Bico do Papagaio no Tocantins.

A pesquisa contextualiza o trabalho dos coordenadores da unidade Araguaia-Tocantins, sendo o foco da pesquisa, entender como ela trabalha e atende à demanda de toda a região Norte e Bico do Papagaio no estado do Tocantins. Relatos dos próprios coordenadores exemplificam suas principais dificuldades referente a atuação da CPT, quando se fala no apoio aos pequenos camponeses e comunidades tradicionais.

A fim de entender o cenário agrário no Norte do Tocantins em relação ao poder do agronegócio, fez-se necessário contemplar o contexto da categoria território frente a luta pela terra. Sendo o território o ambiente de vivencia das culturas e costumes das populações camponesas e comunidades tradicionais

frente a exploração e ocupação das áreas do Bico do Papagaio devido sua localização estratégica, adentrando na região amazônica. Então através de estudiosos que trabalham o território, discutimos seu uso e desuso.

O trabalho se caracteriza como uma pesquisa exploratória, objetivando o papel da Comissão Pastoral da Terra em meio a “luta” pela terra no norte do Estado do Tocantins, e para esse objetivo ser alcançado foi feita uma ampla revisão bibliográfica acerca da questão agrária no Brasil em obras clássicas, a fim de entender a razão desse cenário, especialmente na região norte do país, pesquisas em documentos históricos que retratam a criação e implantação da CPT na cidade de Araguaína. Dando continuidade aos procedimentos com um estudo de campo na sede da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins, que possibilitou a aplicação de uma entrevista junto aos coordenadores da unidade, com objetivo de entender amplamente o trabalho da CPT e seus Agentes.

A pesquisa está dividida em quatro capítulos além das considerações finais. No primeiro capítulo trabalhamos a respeito da realidade agrária brasileira, como se formou a conjuntura atual no campo frente as disputas nacionais. E trazemos uma linha do tempo de como foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), até chegar na unidade Araguaia-Tocantins, localizada em Araguaína-TO.

No segundo capítulo foi discutido a criação e o papel da CPT Araguaia-Tocantins na sua área de atuação e os dados da região de acordo com o caderno de conflitos da CPT nacional, buscando evidenciar as barbáries cometidas pelo agronegócio, e não muito distante pelo Estado.

No terceiro capítulo tratamos do contexto do território na luta pela terra, com intuito de entender o papel do território nas disputas de terra no campo brasileiro, mas com foco na região de atuação da unidade Araguaia-Tocantins. Buscamos em obras de autores renomados que discutem o que seria território e como se caracteriza no ambiente de vivência, traçando um link direto com o problema agrário brasileiro.

No quarto e último capítulo trabalhamos acerca da relevância da discussão agrária na educação básica, com foco no ensino de geografia. Nesse aspecto fez-se uma associação a nossa educação básica para discutir como nossas crianças e jovens recebem esse assunto tão importante de geografia agrária nos anos iniciais, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular

(BNCC). Logo em seguida foram feitas as considerações finais acerca da pesquisa.

2 A REALIDADE AGRÁRIA BRASILEIRA E BREVE RELATO DA CRIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) NO BRASIL ATÉ A UNIDADE ARAGUAIA-TOCANTINS.

2.1 CONTEXTO GERAL DA LUTA DOS TRABALHADORES DO CAMPO EM MEIO A EXPANSÃO AGRÍCOLA NO BRASIL.

Para se iniciar essa discussão sobre o acesso à terra no Brasil precisamos voltar a época da colonização portuguesa em solo brasileiro, onde muitos estudiosos acreditam que se deu o ponta pé para os grandes problemas agrários. Chiavenato (1996, p. 8) “[...]A questão latifundiária no Brasil está associada desde a época da colonização, é um processo histórico. Extensões de terras são muitas vezes maiores que países da Europa e pertencem a um único dono[...]”. O atual Brasil foi uma colônia de exploração desde o início, e como toda exploração, o foco era usufruir dos recursos sem se importar com o contexto geral, sendo assim as divisões territoriais eram feitas de forma que beneficiavam somente as oligarquias agrárias.

Com o passar dos séculos esse modelo injusto foi se tornando o rosto do Brasil de hoje, “onde poucos tem muito e muitos tem pouco”. Para ser preciso, como não existe uma distribuição de terras justa, os grandes latifundiários possuem o capital e a influência necessária para obtenção dos títulos das terras e muitas vezes por forma de “grilagem” eles adquirem as propriedades, desapropriando os camponeses e comunidades locais e indígenas.

A organização econômica e social vigente no Brasil e que começou a ser delineada há pouco mais de meio século, vem impondo a milhões de brasileiros uma trajetória de sofrimentos, marcada pelo binômio “lutar e morrer”. O viver, isto é, a faculdade de dispor de condições dignas de vida, tem sido apenas uma esperança, uma promessa que se repete sempre e nunca se concretiza. (MARTINEZ, 1987, p. 4)

Então podemos evidenciar a organização econômica brasileira como um dos principais fatores para a questão agrária possuir esse rosto desumano que observamos em todos os tipos de mídias atuais. Os personagens são inúmeros, como a já citada economia, o sistema político, os grandes latifundiários e os

camponeses, que são esses em grande maioria esmagadora as principais vítimas dessa realidade cruel e injusta.

O sistema sócio – econômico capitalista brasileiro caracteriza-se pela grande concentração, em poder de poucos, tanto na propriedade fundiária como também dos capitais industriais e dos financeiros, da renda em geral e do poder político. (MARTINEZ, 1987, p. 7)

A questão agrária no Brasil é de uma complexidade extrema, devido inúmeros problemas que o país já possui, podemos começar pelo fator econômico e político que estão diretamente ligados, como MARTINEZ(1987) relata em sua afirmação. O Brasil possui uma concentração de riqueza nas mãos de poucos, sendo na parte fundiária e também nas industriais, ou seja, o poder de decisões está com essas pessoas, e obviamente suas decisões irão favorecer seus próprios interesses.

Pode-se perguntar agora, Mas não é o sistema político que toma as decisões sociais e econômicas no país? Realmente, essa indagação está correta, no entanto, os que possuem a concentração de poder são justamente os próprios políticos em uma grande parcela dos casos. Distribuídos em todas as esferas da nossa república, nos poderes legislativo, executivo e judiciário.

O problema agrário brasileiro está tão ligado ao conjunto econômico, político e social do país e dos seus vínculos internacionais que nenhuma transformação pode ser pensada isoladamente para ele, nem por meios pacíficos nem com a violência. (MARTINEZ, 1987, p. 27)

Fica notório como o problema agrário brasileiro está relacionado diretamente com outros conjuntos, a situação agrária é muito complexa e no caso do Brasil essa complexidade toma parâmetros assustadores. O país foi moldado de uma maneira que os problemas no campo são acobertados e muitas vezes o governo e as autoridades fazem vista grossa. De diversas maneiras essas situações surgem, geralmente em volta de conflitos bárbaros e em seguida manifestações, essas que podem vir tanto dos camponeses como dos indígenas e comunidades tradicionais. Esses dois últimos também são vítimas na linha de frente das disputas de terras. E por último as lutas pela reforma agrária, que jamais se cessaram.

Para muitos a tão sonhada reforma agrária seria a solução, mas cada década que se passa esse sonho se parece ainda mais com uma utopia, comparando com a realidade atual. Nesse sentido, a reforma agrária seria de

grande relevância para os trabalhadores em que podemos mencionar inúmeras vantagens.

As principais vantagens da reforma agrária seriam: alimento mais barato e fácil de encontrar, mais empregos e melhores salários, mais espaço e menos sufoco nas cidades, e mais democracia, sendo cada uma dessas vantagens desdobradas em vários aspectos. (MARTINEZ, 1987, p. 41)

Na reflexão do Martinez (1987), a reforma agrária traria um certo equilíbrio para essas pessoas desguardadas socialmente e financeiramente, que dependem da terra para trabalhar, e na maioria esmagadora, trabalhar somente para sua subsistência. Dessa maneira, fica notório como as vantagens da partilha são essências para a sociedade em geral, e fica outra pergunta: Se é tão claro as vantagens da reforma agrária, por que ela ainda não ocorreu? Acontece simplesmente que a reforma vai contra o que os nossos legisladores “defendem”. A reforma agrária iria realmente ajudar os pequenos camponeses, mas em contra partida ela vai no caminho contrário do que os grandes latifundiários querem. Martinez (1987, p. 25) afirma.

A reforma agrária que verdadeiramente se acha em curso é a do grande capitalismo monopolista, baseado na posse da terra e das colheitas por poucos empresários que detêm o poder de dispor delas como for melhor para o rendimento dos capitais.

Fica claro como a reforma agrária que acontece a décadas ocorre de forma errônea e distorcida, que não favorece em nada os pequenos camponeses. O autor continua.

Em resumo, o projeto de reforma agrária do governo tem uma função supletiva. Na medida em que promete grandes soluções, ele acomoda situações de conflito, melhora a ocupação de algumas terras e a produção de alimentos, diminui as pressões reivindicatórias e mantém acessa a esperança de muitos milhões de trabalhadores, favorecendo o processo de expansão do sistema capitalista no campo. Esse sistema já está implantando a agora realiza uma nova etapa de avanço para tornar-se hegemônico. (MARTINEZ, 1987, p. 32)

Esta é a real reforma agrária que ocorre no Brasil, é realizada substancialmente em algumas ocasiões bem específicas, geralmente quando ocorre algum fato polemico no campo, como os assassinatos e trabalhos análogo a escravidão em grandes propriedades. Então quando um desses conflitos acontecem o governo toma dianteira devido a pressão da mídia e dos órgãos que ainda resistem na luta agrária. Assim, ocorre uma reforma isolada somente

para preencher aquela lacuna e quando algum tempo se passa, a realidade continua igual e as desigualdades somente são mascaradas.

Os trabalhadores rurais já deram várias demonstrações de que possuem consciência do que querem e do que podem conseguir em cada caso; tem capacidade organizativa, solidariedade e disposição de luta pelas suas reivindicações, podendo ser mais bem-sucedidos se não forem atrapalhados pelas interferências de políticos, intelectuais, padres, sindicatos e outros, que exploram suas lutas e sofrimentos com outros propósitos, que muitas vezes nada tem a ver com seus verdadeiros interesses. (MARTINEZ, 1987, p. 47)

Basicamente aqueles que possuem o poder mandam na terra, acaba que o campo se transforma em uma propriedade privada. Os pequenos produtores se veem cercados de imensas plantações, geralmente monoculturas e enormes rebanhos bovinos. Aqueles que se negam a vender suas propriedades acabam se “sufocando” em meio a esses grandes latifúndios, então diversos fatores podem ocorrer: as pequenas plantações são prejudicadas pelos agrotóxicos que são dispersados, ou então são realizadas ameaças diretas. Essas são algumas das realidades que acontecem, e por fim quando não são retirados à força por alguma ordem judicial, acabam indo buscar a subsistência nos centros urbanos onde muitas vezes são marginalizados.

Em diversas ocasiões essa “saída” é de forma violenta, o camponês é coagido por capangas pagos diretamente pelos grandes proprietários. Em relação a violência no campo Chiavenato (1996, p. 15) contextualiza: “[...]Devemos ter em mente que a violência no campo é fruto da má distribuição da terra [...]”. A legislação passa por cima de direitos fundamentais e centraliza suas ações em defesa a classe abastarda, conforme Chiavenato (1996, p. 25) “[...]Vítimas são transformadas em culpados e criminosos são inocentados: é assim que funciona, de modo cínico, o tecnicismo[...]”. As vítimas que são os pequenos lavradores por terem pouco apoio e influência se tornam “culpados” por estarem nas suas próprias terras.

Não restam dúvidas quanto à existência de erros e injustiças muito graves e profundos na estrutura agrária e nas relações de produção no campo, devido à excessiva concentração das propriedades agrícolas em poucas mãos e principalmente, devido ao uso antissocial das propriedades e dos frutos da terra. (MARTINEZ, 1987, p. 67)

Para aprofundar um pouco mais sobre os conflitos no campo podemos usar a fala de Oliveira (1997).

Desde os séculos passados inúmeros conflitos ocorreram entre os trabalhadores do campo e seus "chefes". Lutas que vinham desde os escravos, conflitos grandiosos que deixaram milhares de mortos. Exemplos: Canudos, contestados e palmares. (OLIVEIRA, 1997, p. 18)

Basicamente, observamos conflitos e disputas que marcam décadas, se passam vários anos e novos personagens surgem. No entanto a fonte desses conflitos ou em muitos casos, massacres, continuam sendo as mesmas desde a época da colônia. Os modelos econômicos sofreram mudanças, mas de forma clara ele continua beneficiando os detentores do capital, causando um desequilíbrio sócio-econômico que atinge de forma esmagadora a classe mais baixa. E o campo brasileiro através das décadas demonstra essa realidade de forma violenta e sangrenta. Martins (1986, p. 52) traz uma fala bastante reflexiva:

Para ser realista, não vai haver reforma agrária no Brasil. Apenas desapropriações de terras em pontos de maior tensão para amansar os trabalhadores rurais e, eventualmente, desapropriações em áreas em que isso for de interesse dos proprietários.

Portanto, de forma bem geral foi relatado como é a situação no Brasil diante da estrutura agrária descontrolada pelas monoculturas com avanço do agronegócio, que acabam destruindo vidas, das mais diversas formas. Obviamente essa discussão pode ser aprofundada de uma forma bem mais detalhada, mas a ideia aqui é relatar de forma breve, com o auxílio de embasamentos teóricos de vários autores. Apesar de que no decorrer das décadas melhorias foram adquiridas e direitos foram instaurados, ainda estamos longe de uma realidade estável para os menos favorecidos no campo. O sistema político e econômico trabalha de uma forma que faz vista grossa para os conflitos ocorridos no campo. O que cabe é continuar nesta luta árdua pelos direitos plenos pela democracia e pela terra.

2.2 A CRIAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) E A SUA IMPORTÂNCIA PARA OS TRABALHADORES NO CAMPO.

O nascimento da Comissão Pastoral da Terra começou a ser construído em meio aos anos do governo ditatorial, ou seja, é necessário entender o cenário político nas décadas de 1960 e 1970. Usaremos como principal base de referências Pereira (2005) que retrata o contexto dessa formação longa e

conturbada da CPT. Pereira (2005, p. 60) “[...]O Brasil estava em plena ditadura militar, sendo que a mesma estava a serviço dos grandes capitalistas nacionais e internacionais[...]”. Além da opressão do regime militar, o governo apoiava claramente a classe alta do país, e esses repudiavam qualquer ideia de reforma agrária ou algo do gênero que trouxesse mudanças para o campo que fossem contrários aos seus interesses.

Durante essa época ditatorial, a liberdade de expressão foi cerceada em vários cenários. A questão agrária sofreu grande repressão, tudo que se opunha contra o regime e favorecesse a luta pelo campo era reprimido, conseqüentemente é bem difícil encontrar documentos desses anos, que relatem a situação agrária. Sendo assim, discutir sobre o início da CPT é deveras complexo devido a essa falta de documentos, como relata Pereira (2005):

[...]a outra dificuldade é discutir a criação da CPT, pois a falta de documentos da época, que poderiam demonstrar em seus registros todos esses períodos sobre a ideia, discussão e criação da CPT, não podiam ser escritos, o Brasil estava vivendo no regime militar, e a repressão às manifestações populares se tornaram sistemática, sendo que várias lideranças populares foram mortas, exiladas ou torturadas[...]. (PEREIRA, 2005, p.61).

Pereira (2005) traz essa fala do contexto da época da ditadura, onde a repressão atuava em todos os meios, então qualquer tipo de registro histórico foi prejudicado para obtenção de informações mais precisas. Nesse sentido, a Igreja vai tomar posicionamento em relação ao desenvolvimento da Amazônia, como aponta Pereira:

Diante da realidade da necessidade de aplicação do Concilio Vaticano II, alguns bispos do país vão questionar o modelo de desenvolvimento para Amazônia e para o Brasil que a ditadura implantara. Os questionamentos eram envoltos nas realidades locais da Amazônia legal, onde os grandes projetos agropecuários e de mineração eram financiados pela SUDAM. (PEREIRA, 2005, p. 63)

É durante esse cenário que Pereira (2005) traz a preocupação da igreja católica diante da situação de exploração na Amazônia, os bispos são os primeiros a questionar a política que ali estava sendo implantada, que no primeiro momento favorecia os grandes projetos e também a mineração e na maioria das vezes essa exploração não tinha a menor fiscalização necessária, era simplesmente a obtenção de recursos sem se preocupar com os agravos ambientais e sociais que iriam ficar na região.

As grandes estradas de interligação do Brasil também criavam um grande fluxo migratório, aumento da renda fundiária, especulação, grilagem, e avanço do capital nas fronteiras da Amazônia. Em decorrência dessa realidade, os índios e trabalhadores rurais da Amazônia eram torturados, assassinados e perdiam o direito às suas propriedades de terra. (PEREIRA, 2005, p. 63)

Essa fala de Pereira (2005) representa bem o contexto agrário brasileiro, os investimentos tinham foco somente na área econômica, que realmente é importante, mas quando é feito dando respaldo ao lado social e ambiental em conjunto, o que infelizmente é pouco visto quando se fala em desenvolvimento de economia sustentável. Então as especulações de terras aumentaram de forma desordenada e a grilagem também, por consequência gerando conflitos entre os camponeses, sendo que alguns vinham de diversas regiões do Brasil. Conflitos esses que basicamente eram os assassinatos e as torturas dos camponeses, também das comunidades indígenas que habitavam a região amazônica.

Os questionamentos dos bispos do Brasil, se tornaram as bases para a futura criação da CPT, tiveram a forma de cartas pastorais que tratavam dos diversos temas que afligiam o país. Essas cartas saíram do “grupo – não – grupo” de bispos da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, preocupados com a realidade amazônica e repressão aos trabalhadores, índios, agentes de pastorais e até alguns bispos, fizeram a reflexão sobre a realidade brasileira. (PEREIRA, 2005, p. 63)

Foram a partir desses questionamentos dos bispos que a CPT teve sua origem, como Pereira (2005) traz, a realidade amazônica foi a região inicial a levantar as preocupações sociais, e a igreja começou a ter uma visão mais próxima dessa população desassistida. O “grupo – não – grupo” ao qual se refere se tratava justamente desses bispos que tinham um interesse maior em promover uma adequação a essa realidade de lutas de terras dos menos favorecidos. E esse grupo foi o maior alvo da repressão do governo, vale ressaltar mais uma vez que o Brasil estava no período da ditadura, então qualquer tipo de manifestação era reprimida com bastante truculência.

Sabendo do interesse da igreja de resolver o problema agrário/social houve uma investida mais direta e corajosa do “grupo – não – grupo”. Pereira (2005) relata.

O ato de ação foi o lançamento de documentos sobre a realidade, é o que relata Balduino, em entrevista a Poletto (2002), após uma reunião do “grupo – não – grupo” criou-se a ideia de lançar documentos de impactos e simultâneos, partindo do Centro-oeste, do Sul e do

Nordeste, abrangendo as realidades indígena, camponesa e operária. Esses documentos seriam elaborados por gente capacitada no assunto e assinados por bispos ou superiores maiores dentro da hierarquia católica. (PEREIRA, 2005, p. 66)

Então, seria a partir desses documentos que a igreja iria realmente entrar nessa “batalha” social perante o governo ditatorial. A ideia desses documentos era de evidenciar a realidade cruel perante as disputas de terras e o crescimento desumano do sistema agrário, sendo que boa parte da população comum do Brasil não conhecia esse lado, ou seja, era um universo paralelo que coexistia junto a sociedade, sendo acobertado pelo governo. Era um ato muito corajoso por parte da igreja, mas que seria de grande relevância muitas décadas depois.

Pereira (2005) relata sobre os documentos.

Os documentos foram: Ouvei os clamores do meu povo, do Nordeste; Marginalização de um povo, o grito das igrejas, do Centro-Oeste; e depois para a área indígena, Y-Juca-Pirama – o índio, aquele que deve morrer. (PEREIRA, 2005, p. 66)

Cada um dos documentos trazia uma região do Brasil que sofria, mostrando a realidade indígena até as dificuldades do povo nordestino. Pereira (2005) relata que os documentos causaram grande impacto, mas no entanto diversas dioceses sofreram algum tipo de consequência vinda do governo ditador.

Os documentos foram a expressão da atitude diante da realidade da época, na qual os bispos tomaram a decisão de contrapor a ditadura e assumir todas as consequências sobre as suas manifestações. A reflexão e a divulgação dos documentos, segundo Poletto (2002) gerou uma articulação e compromisso que, sem eles não teria chegado a CPT, nem a CNBB teria tomado uma decisão definida e estimuladora da sociedade. Foi o “grupo – não – grupo” de bispos que provocaram, na conferência episcopal, uma atitude dos bispos em assumir uma posição coerente, evangélica, em relação à realidade. Foram as avaliações dos textos publicados que geraram a necessidade de criar uma articulação para dar apoio às pessoas envolvidas nos trabalhos pastorais, popular e cristãos, das comunidades envolvidas em entidades de assessoria. (PEREIRA, 2005, p. 67)

Perante a publicação dos documentos, a CNBB tomou uma atitude mais confrontante diante da ditadura, encarando de forma coesa e tomando decisões nas situações agrárias/sociais que vinham a ocorrer não somente na região amazônica. Então a criação da CPT se tornou mais palpável, pois a igreja e os bispos precisavam de um órgão específico para atuar nessas questões. A igreja

começou a ser um apoio para os deserdados das terras, onde lá conseguiam um suporte, algo que praticamente não existia para essas pessoas até então.

Em sua afirmação, Pereira (2005) esclarece.

O encontro das pastorais da Amazônia foi o marco de decisão de criação da CPT, pois nele foi analisada a situação da Amazônia e tomada uma atitude em relação à situação da nova fronteira brasileira e seus conflitos. (PEREIRA, 2005, p. 68)

Em 1975 a Comissão Pastoral Da Terra (CPT) foi oficialmente estabelecida e começou a atuar na nova fronteira de conflitos. Pereira (2005) em sua análise estabelece que a importância da criação da CPT não está em quem há criou mais sim no cenário, contexto e fatores que envolveram sua criação. A ditadura representa a repressão, a falta de liberdade de direitos fundamentais, e a criação de uma instituição social/religiosa para lutar contra as desigualdades e crimes no campo, é um marco para um avanço de uma nação que detém tantos problemas de direitos negados, e os movimentos resistem em temporalidades distintas conjunturais.

Martins (1986) relata sobre a igreja.

A igreja realmente mudou, ela não é mais a igreja que era no passado; os passos que ela deu no que diz respeito à questão agrária estão dados. Ela se comprometeu de uma maneira muito intensa com a luta pela terra, com a luta dos trabalhadores e ela assumiu, ao mesmo tempo, de maneira muito intensa o conflito com o estado. (MARTINS, 1986, p. 74)

A partir dessa afirmação fica claro como a igreja se tornou protagonista na luta agrária em favor dos deserdados da terra, com a intenção de estabelecer uma relação humana entre Estado e camponeses para que haja justiça nos crimes cometidos pelos grandes latifundiários. E toda essa luta é trabalho da CPT, ela é que atua de forma direta representando a igreja, dando suporte da forma mais eficiente possível.

Portanto, já são 45 anos de sua criação, e nesse período grandes marcos a instituição alcançou, muitos dos seus representantes alcançaram um grande reconhecimento na atuação no combate dos conflitos agrários, muitos foram vítimas também, mas apesar das dificuldades, a CPT vem atuando com grande relevância nessas décadas.

2.3 CRIAÇÃO DA UNIDADE COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) ARAGUAIA-TOCANTINS NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO E SEUS ATUAIS COORDENADORES – FUNÇÕES E PERIGOS.

Diante da criação da Comissão Pastoral Da Terra (CPT) nacional em 1975, foi necessário estabelecer várias unidades regionais, assim o trabalho teria uma maior relevância. Essas regionais teriam atuação nas áreas mais carentes desse tipo de trabalho, onde havia um alto índice de conflitos de terras, então, era preciso um apoio estabelecido aos camponeses. Para formamos uma cronologia da criação da unidade Araguaia-Tocantins vamos usar Pereira (2005), pois seu trabalho nos traz uma contextualização dos fatos bem esclarecidos.

A comissão Pastoral da Terra no Tocantins teve sua iniciação em 1979, que na época era Norte de Goiás, Porto Nacional foi a cidade escolhida para sediar a unidade no Estado, na cidade se localizava a diocese de Porto Nacional, que foi um fator importante para a implantação.

Pereira (2005, p. 71) nós esclarece como estava o cenário da CPT no Tocantins nesse início;

O presidente da CPT Araguaia-Tocantins, em 1979 era o bispo Dom Celso Pereira de Almeida, então bispo da Diocese de Porto Nacional. Existiam também outros agentes de pastorais atuando na região do Bico do Papagaio. Os focos de atuação da CPT Araguaia-Tocantins estavam voltados na região para o acompanhamento de conflitos, formação sindical e formação de comunidades. É necessário esclarecer que as comunidades se refere aos grupos de posseiros que existiam na área. Nessas comunidades, existia uma organização para manutenção da ordem do grupo e resistência, assim como existe, atualmente, nos acampamentos.

Fica claro como a CPT estava distribuída no estado, sempre acompanhando os acampamentos, conflitos e grupos de posseiros. Pereira (2005) também evidencia que já existiam agentes de pastorais na região do Bico do Papagaio. Nesse período também havia a presença de agentes em Gurupi, no sul do Estado.

Pereira (2005, p. 72) continua;

O escritório da CPT, em Porto Nacional fica do ano de 1979 até o começo de 1985, após essa data, o escritório muda-se para Gurupi. É importante, também lembrar que desde o início da CPT, já havia uma equipe no Bico do Papagaio, e em 1980, o coordenador da equipe era o Pe. Josimo Tavares Moraes, sendo que o escritório referência da

equipe estava localizado em Imperatriz – MA pois, na época, nenhuma cidade do Bico do Papagaio contava com infraestrutura de telecomunicações.

Com a mudança do escritório para Gurupi, o trabalho da CPT não muda na prática, sua atuação continuava focada nos assentamentos onde existiam focos de conflitos. E a região do Bico do Papagaio já assemelhava que seria necessário uma atenção maior, muito por sua localidade estar em zona da Amazônia, o que inflamava as grilagens de terras.

Na época que a CPT esteve em Gurupi, Pereira (2005, p. 72) relata:

Os desafios para o trabalho da CPT, na região de Gurupi, eram as dificuldades de locomoção, pois faltava infraestrutura de vias de circulação, que obrigava os agentes de pastoral a levar alguns dias para voltar das suas áreas de acompanhamento, já que as estradas não eram asfaltadas e com grande número de buracos.

Nessa época a região pertencia ao norte de Goiás, sendo assim sofria bastante com a falta de infraestrutura por ser muito longe da capital Goiânia, situação que mudou parcialmente com a criação do Tocantins em 1988. A CPT sofria em locomoção devido suas áreas de atuação serem principalmente nos acampamentos rurais. Vale ressaltar os municípios que a CPT em Gurupi abrangia, sendo eles: Miracema, Paraíso, Caseara, Marianópolis e Divinópolis.

Depois desse período em Gurupi, Pereira (2005, p. 75) nós traz como foi a ida da sede da CPT para Paraíso:

Em 1992, a CPT muda para Paraíso do Tocantins. O principal motivo foi cobrir a área que ainda não era coberta pela CPT. O foco de trabalho continuava sendo os posseiros, mas já havia alguns grupos que estavam assentadas em áreas com pouca fertilidade.

Fica notório, que as mudanças de locais da CPT pelo Tocantins se dava por diversos fatores, como Pereira (2005) relatou, a ida para Paraíso se deu por conta do trabalho chegar há áreas até então pouco assistidas. Os agentes buscavam acompanhar bem de perto os acampamentos dos posseiros, em alguns casos até acampando junto com eles por um determinado período de tempo.

De 1992 até o final de 1998, a CPT no Tocantins permaneceu em Paraíso, até ocorrer a última mudança, que Pereira (2005, p. 76) esclarece:

A equipe do Bico do Papagaio sempre esteve assistindo à região e sua concentração estava focada nas áreas do bico, mesmo depois do assassinato do Pe. Josimo Tavares. Lembrando que a CPT mantinha

em Imperatriz-MA apenas uma sala alugada para manter o telefone e a caixa postal, já que no Bico do Papagaio na época não se dispunha desses recursos, a CPT manteve essa sala aberta até 1994. Quando se começa fazer a discussão de unificar as equipes do Bico do Papagaio e de Paraíso, e a equipe do bico estava localizada em Sítio Novo – TO. No final de 1998, chegou-se à conclusão sobre a necessidade de unificação das equipes de Sítio Novo e Paraíso, o local para a junção da CPT Araguaia\Tocantins escolhido foi a cidade de Araguaína-TO.

Pereira (2005, p. 84) continua:

A CPT iniciou a sua mudança de Paraíso – TO para Araguaína, em 1999, o principal motivo de sua saída de Paraíso diz respeito à avaliação dos trabalhos que a CPT desenvolvia na região sul do estado, com sede da equipe em Gurupi e na região norte, com sede da equipe em Sítio Novo do Tocantins. Na avaliação das atividades, diagnosticou-se a necessidade de unir as duas equipes para um melhor trabalho no estado do Tocantins.

Até então os trabalhos da CPT se concentravam no sul do Tocantins, e foi assim durante vários anos, então em 1999 houve a implantação em Araguaína – TO, região norte do estado e próxima da região do Bico do Papagaio, zona de extrema disputas de terras e por consequência dos conflitos existentes.

Sobre os motivos da ida para Araguaína – TO, Pereira (2005) relata.

Na região sul do estado, havia vários assentamentos consolidados e associações que estavam caminhando de forma independente. Os sindicatos, também organizados, davam suporte aos movimentos por reforma agrária. Como a CPT estava presente no sul do estado desde 1979, havia a necessidade de continuar a atuação Pastoral em outras áreas do estado, que ainda estavam sem organizações e onde os trabalhadores estavam envolvidos em conflitos agrários. (PEREIRA, 2005, p. 84)

Como fica evidente, uma das razões da vinda para o norte foi que a região sul do Tocantins já tinha sido apoiada pela CPT por vários anos, então houve a necessidade de abranger esse apoio a outras regiões. Os colaboradores da CPT acreditavam que depois de um certo tempo em determinada localidade, onde a organização dos trabalhadores já estava consolidada, era necessário se afastar um pouco, para que esses trabalhadores pudessem seguir por conta própria, assim eles poderiam se sentir mais confiantes perante as futuras complicações agrárias.

Pereira (2005) relata as dificuldades da CPT em Araguaína:

A região de Araguaína, continha vários projetos de assentamento sem nenhum acampamento, tinha a presença de sindicatos fracos em

relação às lutas dos trabalhadores que necessitavam de assessoria e acompanhamento. Além disso, os sindicatos da região eram constantemente influenciados pela classe patronal e tinham somente um caráter filantrópico e de política estatal. Com isso, os trabalhadores estavam sem apoio nas suas decisões para a conquista e efetivação da reforma agrária. Com a reunião das duas equipes da CPT, era possível concentrar todo o material humano disponível para a região de Araguaína e adjacências, já que na região do Bico do Papagaio haveria trabalho de agentes pastorais voluntários, assim como na porção centro e sul do estado, também não ficariam sem agentes pastorais voluntários, ou seja, essas áreas não ficariam descobertas, porém teriam um número reduzido de pessoal da CPT. (PEREIRA, 2005, p. 84)

A principal razão da mudança foi justamente a intenção da unificação do material humano da CPT, no caso se referindo aos agentes, tanto voluntários quanto efetivos, pois eles são a “alma” da CPT. Os agentes são a linha de frente no combate as mazelas das desigualdades agrárias, são eles quem convivem com os camponeses lhes auxiliando na luta pela reforma agrária. Sofrem ameaças constantemente, e muitos no decorrer das décadas foram mortos. Destaque para o Pe. Josimo, que se tornou um mártir após sua morte em 1986.

Pereira (2005, p. 79) relata brevemente sobre Pe. Josimo:

No caso do Estado do Tocantins o padre que vai ser vítima de pistoleiros a mando de fazendeiros da região ligados a UDR, é Pe. Josimo Tavares, coordenador da equipe da CPT Araguaia-Tocantins no Bico do Papagaio e pároco de São Sebastião, paróquia que pertence à área da Diocese de Tocantinópolis. Pe. Josimo trabalhava com as comunidades rurais da região, em que posseiros perdiam terras por causa do avanço da fronteira agrícola do Estado e, também, pela rede de grileiros que atuavam na região.

Em 10 de Maio de 1986, Pe. Josimo foi brutalmente assassinado, o crime ocorreu em Imperatriz, quando Josimo estava no escritório da CPT, o crime foi praticado por um pistoleiro. A figura do Padre é fortemente lembrada até os dias atuais quando se fala na luta camponesa, sua imagem se tornou um símbolo de perseverança e resistência, servindo de exemplo para a nobre causa.

De forma geral, a CPT é de suma importância no Estado do Tocantins junto à organização dos trabalhadores, com esse apoio eles conseguiram organizar e reivindicar seus direitos fundamentais. E especificamente no município de Araguaína a CPT se tornou essencial na vida dos trabalhadores rurais sem-terra da região. Com sua atuação diversos assentamentos se ergueram de forma independente, e essa população conseguiu obter uma relevância no meio da luta pela reforma agraria no município.

Em relação aos coordenadores, atualmente a CPT possui uma coordenação colegiada de três representantes, são: Antonia Laudeci, Xavier Plassat e Evandro Rodrigues. Sobre suas funções, a coordenadora Antonia Laudeci no dia 22/11/2020 em entrevista, relata:

As funções são as mesmas dos demais agentes de acompanhar e desenvolver o trabalho nas comunidades, para além disso a coordenação é responsável pela organização institucional, acompanhamento dos projetos e diálogos com os parceiros que financeiramente contribuem para o desenvolvimento do trabalho e respondem juridicamente pela entidade.

Em relação as dificuldades e perigos que os coordenadores enfrentam, Antonia Laudeci no dia 22/11/2020 em entrevista, discorre:

Sabemos que os conflitos no campo e a violência contra os trabalhadores e trabalhadoras é algo que ainda está longe de acabar e que diante dessa realidade nós ainda continuaremos sofrendo a criminalização e perseguição pelas quais vivem as entidades e movimentos sociais, mas nos sentimos convocados por nossas militâncias e espiritualmente a assumirmos essa missão. Muito há que ser feito, é um desafio imenso, mas que precisamos assumir e trabalharmos junto às comunidades no sentido de que essas continuem se auto organizando para consolidarem suas conquistas na luta pelo direito a permanência na terra, demarcação de territórios e regularização fundiária, fortalecidas no enfrentamento as violências no campo advindas dos grandes projetos de monocultivo. A educação popular precisa desempenhar esse papel, e nós nos sentimos responsáveis por fazê-lo, com muita sensibilidade sobre a nossa missão como Agentes Pastorais. Somos otimistas e acreditamos que o trabalho em torno dessa luta, é um compromisso que continuaremos assumindo e que podemos contribuir para que os muitos homens e mulheres em suas comunidades, continuem conscientes da importância do seu papel na caminhada construtiva de uma sociedade mais igualitária e na promoção de seus direitos.

Diante do relato de uma das coordenadores podemos perceber que o trabalho realizado pela CPT possui uma importância sem precedentes para os trabalhadores e trabalhadoras. Como a mesma expõe, é uma jornada longa e com muitas dificuldades, no entanto é uma luta justa em torno de uma necessidade que o Brasil enfrenta, que tenha uma legislação fundiária que possua sentido e não atenda somente os donos do capital.

Em relação a região do Bico do Papagaio, Antonia Laudeci no dia 22/11/2020, relata:

Os conflitos no Bico do Papagaio já foram mais acirrados em anos anteriores, como por exemplo a época em que Pe. Josimo era agente pastoral da CPT e acompanhava a região. Não podemos ainda dizer que os conflitos no Bico foram sanados, ainda há na região muitos acampamentos e ocupações que enfrentam os conflitos na luta pela terra, mas que hoje estão com o acompanhamentos mais voltado para

outras entidades e movimentos sociais como o MST, APA-TO, sindicatos e a FETAET. Onde a CPT já não tem tanta atuação.

E por último, Antonia Laudeci no dia 22/11/2020, relata sobre os conflitos na região do Bico do Papagaio:

Os conflitos no campo continuam sendo uma grande preocupação para a CPT. Conflitos no campo são as ações de resistência e enfrentamentos que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho e produção. Os conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. Nesse contexto a CPT Araguaia Tocantins, tem registrado vários conflitos por terra, que refere-se às violências sofridas pelas famílias envolvendo expulsões, despejos, ameaças e as tentativas de expulsões e despejos, bens destruídos, ações de pistolagem. Só no último ano foram registrados 45 ocorrências de conflitos por terra, envolvendo 2.378 famílias. Além dos conflitos que a CPT acompanha diretamente também existem os conflitos que acompanhamos indiretamente, que ocorrem nas regiões nas quais a CPT não tem atuação, porém a entidade é acionada. Para além disso há também os conflitos registrados em decorrência do trabalho escravo, para se ter uma ideia só no ano de 2019 34,8% das ocorrências de Trabalho Escravo ocorreram na Amazônia legal, envolvendo 25,1% das pessoas. No Tocantins 4 Trabalhadores fizeram denúncia e os 4 Libertos no ano de 2019. Os conflitos do ano 2020 seguem em fase de registro. As comunidades acompanhadas pela CPT trazem grande número de registros de conflitos no decorrer dos anos de atuação da entidade no estado, tanto no Bico do papagaio onde houveram grandes lutas por terra, quanto na região Norte do estado, onde hoje a CPT tem atuação mais concentrada. No decorrer desses anos, muitas pessoas pagaram o preço desses conflitos com a própria vida, lideranças, coordenadores de diretorias, membros das comunidades que não se calam diante dos grileiros e que defendiam o direito à terra e dignidade.

Podemos concluir que a CPT Araguaia-Tocantins possui um trabalho fortemente empregado na região de atuação, abrangendo diversos municípios e buscando sempre a justiça e dignidade para os trabalhadores do campo em frente as desigualdades enfrentadas rotineiramente.

3 O PAPEL DA CPT ARAGUAIA-TOCANTINS NA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO E DADOS DA REGIÃO DE ACORDO COMO CADERNO DE CONFLITOS DA CPT.

3.1 O PAPEL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) ARAGUAIA-TOCANTINS NA LUTA PELOS DESERDADOS DO CAMPO NA REGIÃO DE ARAGUAÍNA E PROXIMIDADES.

Nos capítulos anteriores deixamos bem claro todo processo de criação da CPT no Brasil e a instalação da sede Araguaia-Tocantins na cidade de Araguaína, destacando os principais fatores para a mudança e os problemas enfrentados pelos coordenadores da unidade.

Agora vamos discutir e relatar precisamente o papel da unidade da CPT em Araguaína contra as mazelas do campo na região. Continuaremos usando o trabalho de Pereira (2005) como base principal para a discussão, e outros autores para nos auxiliar.

Vale destacar que a unidade da CPT em Araguaína abrange todo o Norte do Tocantins, que é chamado de Bico do Papagaio, área essa bem intensa quando o assunto é disputa de terras. Pereira (2005) afirma que essa região tem um destaque relevante nos conflitos agrários, intervenção estatal e até guerrilhas. Em sua afirmação, relata que essa localidade é marcada pelo sangue de inocentes, isso causado muito pelo modo de produção agrícola.

A região norte obteve sua ocupação pelos criadores de gado do maranhão, que implantaram um modelo de produção de subsistência. Em torno de 1950 devido aos incentivos financeiros na Amazônia, a região finalmente se torna vista nacionalmente.

Pereira (2005, p. 86) relata brevemente como se deu a ocupação da região norte.

Após a construção da estrada Belém-Brasília, que interligará toda a região norte do Estado de Goiás, os grupos agrícolas, de fazendeiros e industriais passaram a ter interesse na região do extremo norte do Estado de Goiás (atual norte do Estado do Tocantins). É através das vias de penetração que os grandes grupos de capital mistos vão adentrar na região, principalmente nas áreas em um raio de 100 quilômetros de cada margem das grandes rodovias de interligação do território nacional. O interesse dos grandes grupos vai se solidificar e contar com o apoio do Estado nacional, a partir do golpe de 1964 que

tem, como lema a ocupação da Amazônia como uma das soluções econômicas para o Brasil.

Fica evidente que a construção da rodovia Belém-Brasília ligando a região norte ao restante do país foi o que propiciou a cobiça pelas terras no norte do Tocantins e também a jornada para explorar a região da Amazônia Legal, sendo o Bico do Papagaio a “ponte” para essa área.

Lopes (2001, p. 20) contextualiza a influência da Belém-Brasília sobre a região norte do Tocantins.

O estado do Tocantins constitui uma área pioneira no processo de incorporação do seu território à Amazônia Legal, cujo aspecto se dá pela transformação ocorrida no seu interior. Primeiro, com o processo de mudança pela caracterização do seu espaço estrutural, com a construção da rodovia Belém-Brasília, possibilitando não só a ocupação de áreas demograficamente inabitadas, como também a criação e o crescimento de núcleos urbanos, formando a rede urbana do Tocantins.

Então essa facilidade em adentrar a região até então pouco explorada intensificou a vinda de grileiros de diversos estados próximos. Portanto, foi assim que os primeiros focos de conflitos começaram.

Sobre a grilagem de terras, Lopes (2001, p. 22) traz uma abordagem.

A grilagem é um fator que faz parte de uma estrutura fundiária brasileira baseada nos moldes da acumulação capitalista (desleal), e o fenômeno está associado a um conjunto de práticas culturais e sócio-políticas. As políticas destinadas à ocupação da terra. Em regiões de fronteiras, veio favorecer as grandes empresas e latifundiários, incentivados pelos planos de colonização, protegidos pelas autoridades que compunham o estado.

A grilagem de terras representa um dos cenários mais injustos na realidade agrária brasileira. É nela onde ocorre o roubo de identidade de diversas populações camponesas, onde um estranho chega com um documento alegando que aquela área é sua. E então o pequeno lavrador que está ali morando há décadas e usando a terra como sua fonte de sobrevivência, é obrigado a sair a procura de um novo começo. E essa realidade das grilagens ocorreu e ocorre demasiadamente na região do Bico do Papagaio.

Pereira (2005, p. 90) relata como estava a região do Bico do Papagaio.

Na região do Bico do Papagaio, após a Guerrilha do Araguaia, a região tornou-se área militar, tendo, como prioridade a proteção dos investimentos da Serra dos Carajás e dos projetos financiados pela SUDAM. Para concretizar o controle institucional como área militar, é

criado o GETAT _ Grupo Executivo das Terras Araguaia-Tocantins, que teria a função de manter a região sobre o controle do Estado.

Esse cenário fortificava a intensão do Estado em estabelecer uma preferência pelas instituições privadas, salientando o interesse pela exploração mineral e os grandes investimentos agrários. Lembrando que essas regiões já possuíam pequenos camponeses morando e conseguindo sua subsistência. Então com a vinda desses grupos exploradores, os conflitos se tornaram mais frequentes e violentos. Portanto, chegamos no ponto de atuação da CPT Araguaia-Tocantins nesses conflitos.

Agora falando diretamente do trabalho da CPT, Pereira (2005, p. 93) esclarece.

Em relação a atuação da CPT, entidade missionária ecumênica ligada à Igreja Católica os trabalhadores colocaram que o trabalho dela era a respeito de orientações de organização do grupo dos trabalhadores, apoio nas mobilizações, e sobre como deveriam agir nas mais diversas situações para poder garantir a terra.

O trabalho da CPT Araguaia-Tocantins está diretamente ligado a orientar os trabalhadores de como deveriam agir perante as mais diversas circunstâncias. Levando em consideração que a maioria dos camponeses não possui escolaridades mínimas, sendo sua vida inteira trabalhando no campo e nunca tendo oportunidade de frequentar uma escola. Eles têm dificuldades nas questões burocráticas de documentações para obtenção da “legalidade” das suas próprias terras.

Esse papel de orientação da CPT se mostra essencial na luta para a criação e regulamentação de assentamentos, esses que se tornaram numerosos pela região com o passar das décadas.

Sobre a orientação da CPT, Pereira (2005, p. 102) relata.

A CPT no Estado foi de fundamental importância para a organização dos trabalhadores que sofreram com a implantação de grandes projetos agrícolas e agropecuários. Foi com a ajuda da CPT que os trabalhadores conseguiram se organizar para reivindicar os seus direitos de posseiros.

Portanto, a organização dos trabalhadores foi o principal foco da CPT, sendo que era essencial unificá-los, pois quanto mais eles colaborassem entre si, se tornaria mais eficiente a luta pela terra. Esse trabalho a CPT realizava

também junto aos sindicatos dos trabalhadores locais. Os sindicatos muitas vezes já estavam na luta antes mesmo da CPT chegar.

Outro ponto essencial para discussão é o seguinte; a CPT Araguaia-Tocantins assim como as outras unidades distribuídas pelo Brasil, não consegue se estabelecer continuamente em um determinado local de luta, usamos como exemplo o assentamento Sudam, que está localizado no município de Araguaína e Pau D'arco, que foi conquistado depois de grande esforço. A CPT se coloca na responsabilidade de garantir que essa conquista não seja perdida.

Sobre essa questão Pereira (2005, p.102) esclarece.

É notório notar que com a conquista da terra por parte de alguns trabalhadores a CPT no Tocantins vai perceber a necessidade de além de conseguir a terra para os trabalhadores rurais é necessário garantir a sua permanência nas áreas conquistadas. Uma das estratégias da CPT para dar suporte a continuidade dos trabalhadores nas áreas foi a criação de associações de trabalhadores que estaria voltadas para a produção e comercialização dos produtos dos assentados, e além da criação da APA-TO – Alternativa para a Pequena Agricultura do Estado do Tocantins que tem o papel de dar suporte técnico para os pequenos agricultores familiares. A questão da criação dessas associações e organizações não governamentais é um outro ponto que necessita de mais estudos para que se possa compreender como a CPT passa a discutir a permanência dos trabalhadores nas áreas conquistadas e como ela incentiva essas iniciativas técnicas, que irá possibilitar novas tecnologias para os agricultores familiares.

Fica claro a preocupação da CPT com a estruturação dos trabalhadores, nisso ela trabalha para fortalecer outras entidades apoiadoras, afim de criar algo solido que possa dá suporte aos assentamentos conquistados. São elaboradas práticas de comercialização entre os trabalhadores com os produtos cultivados nas terras, isso garante uma renda mensal essencial para a subsistência. Essa pratica possibilita uma fonte de crescimento financeiro para os trabalhadores após estarem instalados na terra. É a partir desse cenário que a chamada agricultura familiar se desenrola no país, sendo essencial para a economia de alimentos. Infelizmente, apesar de essencial, a agricultura familiar não recebe a atenção necessária das frentes políticas.

Sobre a CPT no município de Araguaína, Pereira (2005, p. 103) traz.

Em todos os assentamentos que tiveram a presença da CPT, os trabalhadores afirmaram a importância da CPT na conquista da criação dos assentamentos e reconhecem a sua relevância na sua organização como assentados e melhoria na qualidade de vida das suas famílias após a conquista da terra.

Portanto, fica nítido como os trabalhadores valorizam a atuação da CPT em Araguaína e regiões do Bico do Papagaio, reconhecendo que sem esse apoio diversos assentamentos não teriam conseguido se estabelecer. A CPT sempre demonstrou total apoio a causa camponesa, isso é notório quando observamos em documentos históricos quantos agentes pastorais perderam a vida na batalha contra as mazelas do campo.

3.2 CONFLITOS, MORTES E TRABALHO ESCRAVO NA REGIÃO DE ACORDO COM O CADERNO DE CONFLITOS DA CPT, EVIDENCIANDO AS AMEAÇAS AOS COORDENADORES E TRABALHADORES.

Como foi falado anteriormente, a região norte do Tocantins possui altos índices de conflitos no campo, com destaque para o território conhecido como Bico do Papagaio. Lopes (2018) afirma que a região é uma área de transição entre o Bioma Cerrado e a floresta Amazônica, o que caracteriza uma grande biodiversidade para o estado. Ou seja, essa área é muito atrativa para o desenvolvimento agropecuário, esse aspecto ocasiona uma ocupação desmedida por parte de grandes investimentos subsidiados pelo governo, com a ideia de desenvolvimento da localidade. No entanto, essa expansão agrária não leva em consideração os camponeses que ali já habitavam, ocasionando em disputas e conflitos pela porção de terra.

Então, é nesse cenário que a CPT trabalha, buscando trazer uma solução do problema de forma pacífica e levando suporte técnico aos pequenos camponeses. De todos os trabalhos realizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Caderno de Conflitos publicado anualmente é o que possui maior relevância nacional. Nessa obra, a CPT evidencia de forma clara o retrato do campo naquele respectivo ano, com dados qualitativos e quantitativos trazendo um amplo cenário de injustiças e atos que vão contra os Direitos Humanos, que a grande mídia não se designa em retratar.

O Caderno Anual de conflitos representa uma contextualização dos conflitos, mortes, tentativas de assassinato, trabalho escravo e outros cenários do campo de uma forma completa no Brasil. No entanto, nessa pesquisa buscamos somente os dados referentes a atuação da unidade Araguaia-Tocantins na sua região.

A fim de entender melhor os aspectos político-administrativo da região do Bico do Papagaio, Lopes (2018, p. 191) relata que:

No que diz respeito à localização da microrregião para efeito de planejamento, esta se encontra na Região IV – Xambioá. Nessa microrregião, encontram-se os municípios de Ananás, Araguanã, Piraquê, Riachinho e Xambioá, representando 16,08% da área territorial da região do Bico do Papagaio e 9,48% de sua população.

Lopes (2018, p.191) continua:

A microrregião denominada de Xambioá tem sido modificada em seus aspectos naturais, sociais e econômicos desde a construção da BR-153, a Belém-Brasília, que abriu espaço para as frentes pioneiras, provocando uma ocupação desordenada das terras e o crescimento nas taxas de desmatamento, associado à expansão das atividades agropecuárias, mais notadamente a pecuária extensiva. Com a abertura da Belém-Brasília, a mudança do aspecto social das famílias que já se encontravam nessa região foi de uma forma marginal. Marginal pelo fato de os trabalhadores que já estavam lá irem perdendo suas terras para o migrante que chegou e instaurou a lei do mando. Trata-se da lei da força bruta, da violência, da expulsão e da subordinação; os fazendeiros que foram adquirindo suas terras recorreram a essas formas de dominação de uma população desprovida de elementos que viessem resistir.

Portanto, essa afirmação de Lopes (2018) reforça o que já foi relatado, mostrando a maneira como a região foi povoada pelos migrantes, com uma cultura de obtenção de terras na forma da violência e da subordinação. Então, este é o cenário que o Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) trabalha com seus dados.

No ano de 2018, foram contabilizados cerca de 6 municípios que tiveram conflitos por terra, são eles: Araguaína, Babaçulândia, Filadélfia, Barra do Ouro, Araguatins e Palmeirante. Vale destacar que esses conflitos ocorreram com diversos tipos de comunidades, como; Sem terras, Quilombolas, Posseiros, Ribeirinhos e até mesmo com Agentes Pastorais, como foi em Palmeirante no dia 01/11/2018. De acordo com o Caderno de Conflitos no campo (2018).

Outro dado que infere sobre a região é o trabalho análogo a escravidão, em outras palavras; escravidão contemporânea. Segundo o Caderno de Conflitos, ainda no ano de 2018, dois municípios surgiram com denúncia de trabalho escravo, são eles; Arapoema e Xambioá, ambos referentes ao trabalho na pecuária, sendo a região bastante forte nesse cenário econômico.

Quando se fala em trabalho análogo a escravidão, é necessário relatar sobre o município de Ananás, sendo um dos principais municípios que atrai essa força de laboro. Lopes (2018, p. 203) expõe como é a realidade do município:

A cidade de Ananás não foi diferente da região do Bico do Papagaio. Apesar de não oferecer infraestrutura à sua população, os trabalhadores buscaram a cidade como refúgio para viver. O trabalho na cidade torna-se difícil, pois no município a base está no setor primário. Contudo, a cidade é o refúgio desses trabalhadores vindos do campo, os quais ficam na periferia e se tornam trabalhadores temporários para a abertura de novas fazendas ou para a limpeza de pastos para a implantação da pecuária.

Diante desse cenário, Lopes (2018, p. 205) continua:

(...)São esses trabalhadores vindos do campo para morar nesses pequenos núcleos urbanos que estão disponíveis para trabalhar nas fazendas, vulneráveis à situação de práticas de trabalho escravo por dívida. Na região do Bico do Papagaio, precisamente Ananás, a prática de trabalho escravo tem sido frequente, com índices elevados(...)

Diversos municípios da região norte tocantinense poderiam ser citados. No entanto, Ananás se destaca em meio a todos, com altos índices de denúncias mesmo com a atuação do Diretório Regional do Trabalho e Grupo Móvel da Polícia Federal. São diversos trabalhadores rurais que se submetem anualmente ao trabalho degradante por falta de oportunidade, a força braçal é seu único recurso disponível para a venda.

Ainda no Caderno de Conflitos 2018, foi registrado uma tentativa de assassinato no município de Palmeirante, como vítima um Agente da CPT-Araguaia-Tocantins. A localidade desse conflito é a Fazenda Recreio Freitas, onde fica o acampamento Bom Jesus. Infelizmente essa é uma realidade que os agentes pastorais enfrentam. Essa característica somente fortalece o quão essencial é o trabalho da CPT como instituição e de seus agentes.

Em relação a ameaças de morte, no Caderno de 2018 foi registrada somente uma no estado do Tocantins, e justamente em um município da região Norte do estado. O fato ocorreu na localidade de Barra do Ouro, na Gleba Tauá no dia 17/07/2018. A vítima em questão foi Valdinez Pereira dos Santos, vulgo "Pica-Pau". Vale destacar que Valdinez é uma liderança desse conflito.

Agora partindo para o ano de 2019, temos o último Caderno de Conflitos publicado. No referente ano, tivemos 11 municípios da região norte com registro de conflitos por terra, ou seja, quase o dobro do ano anterior. Os municípios são;

Araguaína, Babaçulândia, Tocantinópolis, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Luzinópolis, Nova Olinda, Palmeirante, São Bento do Tocantins e Warderlândia. Em algumas dessas localidades houve reincidência de caso. Entre as vítimas novamente temos uma variação muito grande entre; Sem terras, Possesiros, Quilombolas, Assentados, Ribeirinhos e Indígenas.

No aspecto de ameaças de morte, tivemos Araguaína e Nova Olinda com registros catalogados. Em Araguaína tivemos 3 casos, todos na Fazenda Volta Grande onde está localizado o Assentamento Manoel Alves Bié, no dia 11/11/2019. Já em Nova Olinda o incidente foi na Fazenda Santa Maria onde fica a Gleba Anajá, no dia 04/10/2019.

Os dois respectivos anos, demonstram a realidade agrária brasileira, onde na grande maioria dos casos, essas ameaças e tentativas de homicídios partem dos grandes agropecuaristas, que com seu poder e influência sobre o território buscam o domínio total dessas regiões de terras férteis. A CPT Araguaia-Tocantins como um braço da igreja católica veio justamente para contrapor essa tentativa de domínio, e seus agentes pastorais são a linha de frente.

4 O CONTEXTO DO TERRITÓRIO NA LUTA PELA TERRA.

Quando falamos em conflitos agrários e disputas de terras envolvendo o acúmulo de capital, necessitamos destacar o conceito de “território”, que no meio geográfico é uma das suas principais categorias de estudo do espaço preenchido pelo homem. É importante salientar que o território pode ser interpretado de diversas maneiras. Ao longo das décadas inúmeros autores trouxeram conceitos distintos, mas que de uma forma geral se interligam.

Sobre o que seria território Saquet (2015, p. 24) traz:

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des – continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade.

De uma maneira breve Saquet esclarece um universo de exemplificações de território. É uma relação mútua entre homem e natureza, habitações de domínios próprios com estabelecimento de limites reais ou imaginários. Fonte de cultura e origem de povos e sociedades distintas. De acordo com Corna Pellegrini (1974), conforme citado por Saquet (2015, p. 66) “o território corresponde a uma área onde estão distribuídos os fenômenos físicos e humanos”. Vindo dessa perspectiva, poderíamos dizer que o território se localiza em determinadas áreas onde o homem possui interferência.

Segundo Gottmann (1973 [2005]), conforme citado por Saquet (2015, p. 27):

(...) se o território é um compartimento do espaço como fruto de sua diversificação e organização, ele tem duas funções principais: a) servir de abrigo, como forma de segurança e, b) servir como trampolim para oportunidades. Segurança e oportunidades requerem uma organização interna do território bem como relações externas, de poder e dominação. Assim, o território assume distintos significados para diferentes sociedades e/ou grupos sociais dominantes.

A partir desse pressuposto podemos estabelecer uma conexão direta do contexto de território em relação as lutas pela terra no Norte do Tocantins, e como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) possui uma relevância extraordinária nessa “luta”.

Para os trabalhadores rurais da região do Bico Do Papagaio, aquele pedaço de terra que ali habitam a gerações é seu território. Pois possuem um

elo de origem e trabalho árduo para sobreviver. Imagine levar um desses trabalhadores para um centro urbano (o que acontece muito), nesse ambiente urbanizado e caótico ele jamais se sentiria em casa, ele não enxerga suas raízes e costumes, ou seja, não está no seu território. Para Gottman (1973 [2005]), conforme citado por Saquet (2015, p 48) “O território é compreendido como lugar de proteção, segurança e oportunidade”. Esta é uma das maneiras mais simples de conceituar o território, sendo um local intrínseco a cada indivíduo, onde se reconhece como ser humano e estabelece suas relações sociais, econômicas e políticas.

Seguindo a diante, é necessário estabelecer como territórios são controlados e influenciados por empresas estrangeiras, que em algumas ocasiões se deslocam para determinado território somente para exploração.

Segundo Dematteis (1985), conforme citado por Saquet (2015, p. 80): “Compreende o território como campo de domínio, de controle, efetivado tanto por grandes multinacionais, como pela igreja católica, por grupos políticos e por pequenos supermercados”.

A percepção de Dematteis sobre território é pertinente, pois o território foi construído sobre o domínio e controle de algum grupo sobre outro. Desde a Revolução cognitiva até a Revolução Industrial, os seres humanos se estabeleceram como uma espécie dominante. Com o passar dos séculos a dominação e controle tomou outras características intrínsecas.

Conforme entendemos o que é o território, destacamos o papel do trabalhador rural, no contexto da luta pela terra. O camponês interage de forma concreta no seu território, seja plantando e colhendo sua lavoura, em grandes casos somente para a subsistência. Quando de maneira abrupta surge uma grande empresa ou um agricultor/pecuarista alegando ser proprietário daquele pedaço de terra. A fim de que, o camponês seja expropriado do seu território de uso.

Logo, existem diversas situações que demonstram o domínio de um indivíduo sobre outro no território. De maneira “grandiosa” o poder e influência do capital financeiro possui mando sobre os comandos territoriais. O território pode ser considerado redutor, ele não condiz com a mobilidade das relações sociais no espaço e leva em consideração apenas as práticas dominantes (masculinas, por exemplo)”.

Uma vez que, os donos do capital dominam um território, Saquet (2015, p. 14) evidencia:

O que fazem as multinacionais nos territórios onde elas escolhem intervir? Frequentemente destroem os territórios de forma irremediável e definitiva a fim de extrair recursos que lhes interessam. Mas ao mesmo tempo, elas destroem as referências dos homens que neles habitam, ao submetê-los a pressões e a formas de trabalho que se assemelham mais a trabalhos forçados do que a um verdadeiro trabalho humano. Basta observar as paisagens lunares nas quais se transforma as áreas de mineração para compreender o significado da destruição de um território. Onde não se pode mais fazer nada, nem trabalhar, nem habitar. É o oposto do desenvolvimento, ou seja, as territorialidades e as temporalidades projetadas não tiveram por finalidade organizar, mas sim praticar uma economia de rapina, o que os alemães chamam de Raubwirtschaft. SAQUET (2015, p. 14)

Segundo a afirmação de Saquet fica notório como acontece a relação de dominação do grande dono do capital sobre os mais fragilizados, economicamente. Trazendo para o recorte territorial da referente pesquisa, é possível fazer uma relação com a disputa de terras que ocorre na região Norte do Tocantins, abrangendo toda a região do Bico do Papagaio.

Visto que, apesar da resistência local perante ao expansionismo da agropecuária, as comunidades e trabalhadores locais não possuem força e conhecimento técnico da situação para resistirem por muito tempo. É nesse momento que a Comissão Pastoral da Terra, unidade Araguaia-Tocantins se torna tão relevante. Pois a sua atuação de apoio frente a esse dilema, permite uma sobrevida aos camponeses. A CPT trabalha lado a lado com os trabalhadores, com o intuito de que não sejam injustiçados e expropriados do seu território.

Pode-se perceber que as relações de poder sobre o território sempre existiram. Ora que, o trabalho da CPT é justamente fortalecer o domínio dos trabalhadores sobre o seu próprio território. O que vai se opor ao interesse dos “novos colonizadores”, criando assim uma zona com tensões territoriais, o que resulta em muitos casos, nos conflitos violentos.

O poder é exercido por autoridades nas famílias, nas associações, no mercado, nas instituições, nas nações e significa influência ideológica e vigilância. Há regulação social em diferentes níveis espaciais, uma administração do espaço através do exercício do poder. SAQUET (2015, p. 35)

Visto que, na região de Araguaína e todo o norte Tocantinense a atividade agropecuária possui grande relevância, acaba que os agropecuaristas exercem grande poder e influência. Poder esse que se fortalece com o apoio político do município e Estado, sendo que há diversos representantes eleitos pelo povo que são agropecuaristas. Então o cenário está montado, eles possuem o poder e o capital necessário para subjugar qualquer camponês.

Nesse cenário dominante, uma das poucas entidades que surgiu e buscou crescer sua relevância e poder, foi a CPT. Combatendo as injustiças agrárias e estabelecendo um vínculo de apoio aos camponeses e lavradores.

A unidade Araguaia-Tocantins demonstra esse apoio na sua zona de influência, abrangendo toda a região Norte do Tocantins. Com foco nas áreas de transição entre Cerrado e Floresta Amazônica, onde ocasionalmente o cenário exige maior atenção.

Conforme foi discutido anteriormente, o apoio da CPT Araguaia-Tocantins se manifesta de diversas maneiras, seja de forma técnica especializada ou apoio psicológico aos trabalhadores, que são afetados de todas as formas possíveis com os conflitos agrários e conseqüentemente são os que mais saem prejudicados nesse cenário.

Portanto, após essa reflexão, fica claro os papéis de cada personagem nessa “batalha” agrária no território Norte Tocantinense. Temos os pequenos camponeses e as comunidades locais, abrangendo os indígenas. Os agropecuaristas proprietários do capital, que comandam o território. E por último, mas não menos importante, a CPT Araguaia-Tocantins, que toma pra si a responsabilidade de guiar esses trabalhadores nessa luta pela terra que atravessa gerações. Aos poucos o território está sendo moldado a novos interesses culturais e políticos. Segundo Pellegrini (1974) conforme citado por Saquet (2015, p. 66) “O território é constituído histórica e socialmente (humanizado) é transformado por órgãos do poder público, como o Estado e por indivíduos ou grupos sociais”. É consoante que, o território sempre será moldado a partir de interesses de classes, não importam quais sejam, mas ele sempre se transformará levando consigo aspirações e desejos culturais, políticos e religiosos daqueles que executam o movimento humano.

5 RELEVÂNCIA DA DISCUSSÃO AGRÁRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA, COM FOCO NO ENSINO DE GEOGRAFIA.

A pesquisa busca evidenciar a criação e a relevância da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no município de Araguaína-TO na luta dos camponeses por terras no Brasil, essa que é bastante árdua e perigosa e são poucas as instituições ou órgãos que apoiam os trabalhadores no campo em sua organização e manifestação.

Fazendo uma ligação desse respectivo tema com a educação básica podemos destacar como conteúdo nas escolas sobre a questão da geografia agrária. Dessa forma, a BNCC do ensino fundamental na competência 3 aponta como habilidade no 7º ano do ensino fundamental “desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço” (BRASIL, 2018, p. 366). Analisando esse trecho pode-se notar como a geografia agrária é fundamental no desenvolvimento pessoal e educacional do aluno na educação básica.

Em outro ponto a BNCC do ensino fundamental na competência 3, nos traz algumas habilidades que também podemos relacionar com o tema, como “analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil, compreendendo os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas”. (BRASIL, 2018, p. 387).

Em relação a educação no ensino médio pode-se usar como referência ao tema aqui exposto a competência específica 4 e sua primeira habilidade:

Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos. (BRASIL, 2018, p. 576)

A habilidade aqui exposta retrata a necessidade do estudante conseguir analisar diversas relações entre distintos grupos sociais e culturais. Essa relação então mencionada, retrata com clareza as circunstâncias desastrosas do campo brasileiro, onde o camponês sobrevive em uma realidade perversa.

Na competência específica 2 temos a análise e formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos

Estados-nações. Nesse aspecto, o objetivo dessa competência é permitir uma compreensão crítica e coesa do aluno do ensino médio em relação ao conceito de território e sua formação, buscando entender como são estabelecidas suas zonas de domínios por determinadas populações e culturas.

Em razão disso podemos estabelecer uma conexão com o meio agrário, onde se faz necessário os alunos conseguirem identificar as injustiças e contextos no território do campo o mais rápido possível na sua caminhada educacional, a fim de desenvolver uma visão ampla e bilateral do campo brasileiro.

Esses respectivos assuntos citados permitem ao estudante estabelecer uma consciência crítica sobre o espaço agrário, sendo que desde cedo o estudante possa entender o contexto do agronegócio do Brasil e seu lado obscuro, e como os camponeses são subjugados pelo poder dos que possuem mais capital. Mas mesmo assim esses trabalhadores nunca perdem a esperança de um futuro digno e igualitário.

Portanto, quando o acadêmico estiver vivenciando a geografia agrária na escola ele irá se deparar com algum texto ou autor citando a atuação da CPT no meio do campo ou agronegócio, e em alguns momentos relacionando os dois temas. Temos como exemplo os conflitos no campo, a CPT anualmente divulga seu livro com todos os dados dos conflitos registrados, destacando quando houve ou não assassinatos, mostrando os motivos e razões desses conflitos, ou seja, a CPT e suas contribuições estão diretamente ligadas a esse período da educação básica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o que foi exposto, podemos afirmar com toda clareza que a CPT possui um papel fundamental na vida dos povos deserdados de terras. O seu papel social abarca uma necessidade inerente dessas populações, trazendo confiança, dignidade e auxílio as causas mais complexas. A existência da CPT se deu através de um cenário caótico e sangrento no campo brasileiro, um cenário político de ditadura e repressão.

Nesses 45 anos de atuação incessante a Comissão Pastoral da Terra (CPT) conseguiu estabelecer seu nome no cenário social brasileiro de uma forma coesa e concreta, trabalhando sempre pela busca de igualdade do meio agrário. Logo, a unidade Araguaia-Tocantins é um reflexo desse trabalho atuante no norte do Tocantins.

Podemos salientar que o norte do Tocantins, abrangendo a região do Bico do Papagaio sempre foi uma zona de conflitos intensos pela posse de terra, e no decorrer dessa pesquisa pode-se constatar que o Estado não consegue, ou não quer resolver essa questão, em muitos casos fazendo vista grossa ou aprovando desapropriações sem nenhum fundamento.

Portanto, através do cenário apresentado nessa pesquisa, podemos esperar uma melhor compreensão do trabalho que a CPT Araguaia-Tocantins discorre no norte do estado do Tocantins, com uma atuação de luta e perigos, mas que, como foi relatado por uma das coordenadoras da unidade Araguaia-Tocantins, o trabalho da entidade é baseado no otimismo e na crença de que essa luta é um compromisso que será alcançado.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC. 2017.
Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> > Acessado em 13 de junho de 2019.

BOMBONATTO, Vera Ivanise (ed.). **Os pobres possuirão a terra**. São Paulo: Editora Sinodal, 2006. 76 p.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cassia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentin Pinto de. **Conflitos no Brasil 2017**. Goiânia: Expediente, 2017. 280 p

CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo César Moreira dos. **Conflitos no campo Brasil 2018**. Goiânia: Cpt Nacional, 2018. 243 p.

CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo César Moreira dos. **Conflitos no campo Brasil 2019**. Goiânia: Cpt Nacional, 2020. 247 p.

CHIAVENATO, José Júlio. **Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996. 70 p.

LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no Tocantins-Brasil: vidas dilaceradas**. Curitiba: Appris Editora, 2018. 312 p.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária: questão de terra ou de gente?**. 12. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1987. 72 p.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na "nova republica"**. São Paulo: Hucitec, 1986. 152 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelindo de. **Geografia das lutas no campo**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1997. 128 p.

PEREIRA, Dácio Alves. **A contribuição da Igreja Católica na luta pela terra no município de Araguaína-TO**. 2005. 124 f. Monografia (Especialização) - Curso de Geografia, Uft, Araguaína, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de Território**. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 192 p.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 164 p.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994. 322 p.